



ESTADO DO PARÁ

TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 10/2017/TCM-PA

EMENTA: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO AO CORREGEDOR, EXCEPCIONALMENTE, COMPOR ACORDO DE PARCELAMENTO COM OS ORDENADORES EM DÉBITO PARA O FUNDO DE MODERNIZAÇÃO, REAPARELHAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ – FUMREAP / TCM - PA.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso das atribuições constitucionais que lhe são conferidas; e,

CONSIDERANDO que compete ao Corregedor decidir sobre o pedido de parcelamento de multa, nos termos do artigo 17, inciso V, parágrafo único, da Lei Orgânica do TCM/PA (Lei Complementar Estadual nº 109/2016), cumulado com art. 58, incisos XIV, XV e XVI, do RI-TCM/PA;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 011/2015/TCM-PA, datada de 22/10/2015, foi publicada em 27/10/2015, e que teve vigência de 01 (um) ano, contado até o dia 27/10/2016;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 021/2016/TCM-PA, datada de 27/10/2016, foi publicada em 29/11/2016, e que prorrogou a vigência da Resolução nº 011/2015/TCM-PA, datada de 22/10/2015, até o dia 30/12/2016;

CONSIDERANDO, que o art. 8º, da Lei nº 7.368/2009 dispõe sobre a competência do Tribunal de Contas dos Municípios em baixar as normas necessárias à instrução, organização, arrecadação de receitas e funcionamento do Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do TCM/PA – FUMREAP;

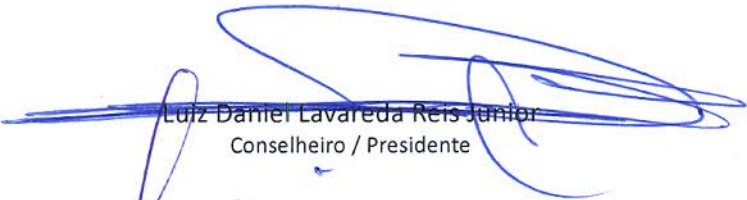
CONSIDERANDO, ainda, o esforço desenvolvido pelo Tribunal no sentido de tornar efetivas e céleres suas decisões;

RESOLVE:

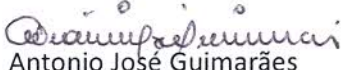
Art. 1º – Autorizar, excepcionalmente, pelo prazo de 02 (dois) anos, o Conselheiro Corregedor do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará a compor acordo de parcelamento com os Ordenadores de despesas em débitos com multas imputadas ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do TCM/PA – FUMREAP, fora do prazo regimental estabelecido no §2º, do Art. 278, do RI-TCM/PA., à exceção dos processos eventualmente judicializados.


Art. 2º – Autorizar a elaboração de Termo de Acordo de Parcelamento de Débito com escalonamento de desconto e parcelas a ser elaborado pelo Corregedor, bem como, autorizada a atualização pelo índice da Tabela PRICE.


Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Belém-PA, 23 de fevereiro de 2017.


Luiz Daniel Lavareda Reis Junior
Conselheiro / Presidente


Sebastião Cezar Leão Colares
Conselheiro


Antonio José Guimarães
Conselheiro


Francisco Sérgio Belich de Souza Leão
Conselheira


Sérgio Franco Dantas
Conselheiro-Substituto